



O Salazarismo e a PIDE: política de repressão em Angola

The Salazarism and the PIDE: politics of repression in Angola

MENDONÇA, Anderson Guimarães¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo estudar a formação da PIDE, aparato policial criado no bojo pós-segunda Guerra Mundial como instrumento repressivo do regime fascista português, que permaneceu na Europa até meados da década de 70 do século XX. Em face de um grande número de insurgências contra do Estado Novo de Portugal, Oliveira Salazar resolveu expandir seu aparato policial às possessões ultramarinas a fim de evitar sublevações de ordem “subversiva” ou de enfrentamento com as bases ideológicas do regime (religião, autoridade, etc.). Dessa forma, pretendemos analisar a formação desta polícia, mostrando suas práticas com a política de inferiorização do africano, estendendo sua área de atuação no que se refere ao império colonial português, em consonância com o período histórico ao qual ela estava inserida.

Palavras-chave: Salazarismo; Repressão; Angola.

Abstract: This article aims to study the formation of PIDE, a police apparatus created in the post-Second World War as a repressive instrument of the Portuguese fascist regime

¹ Licenciado e Mestre em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Recife, PE. E-mail: andersongm94@hotmail.com

in Europe until the mid-1970s. In the face of a large number of insurgencies against the Estado Novo of Portugal, Oliveira Salazar decided to expand his police apparatus to overseas possessions in order to avoid “subversive” uprisings or confrontation with the ideological bases of the regime (religion, authority, etc.). In this way, we intend to analyze the formation of this police showing its practices with the policy of inferiorization of the African, extending its area of action with regard to the Portuguese colonial empire, in consonance with the historical period to which it was inserted.

Keywords: Salazarism; Repression; Angola.

Introdução

Durante o período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o mundo passou por uma luta territorial e política travada por vários países, os quais tiveram que tomar uma posição sobre qual lado estar no meio do conflito armado. Com a Guerra Fria, o mundo viveu um novo período de tensão, agora de bipolarização, não mais por grupos e, sim, por duas superpotências, tendo como critérios para as decisões a ideologia social, a economia e os sistemas políticos.

Durante o regime salazarista (1933-1974), todas estas influências internacionais também envolveram Portugal. Uma dessas importações dos tempos de confronto armado mundial foi a criação de uma polícia política de perfil secreto. Desde o início da II República (1933), existiram várias polícias com esse perfil no território português, identificados por Portugal tanto pela sua extensão na Europa como suas possessões na África. Ao longo das décadas, elas foram se unindo e reorganizando suas jurisdições políticas, levando a criar a Polícia Internacional e Defesa do Estado (PIDE) com estilo semelhante a outras polícias pelo mundo, a exemplo do DOPS, no Brasil, ou a GESTAPO, na Alemanha Nazista.

As permanências de uma polícia no século XXI após um regime ditatorial no século XX, a lacuna historiográfica sobre a história da África e a carência de produção de material didático sobre a África no século XX, no ensino de história, incentiva-nos a desenvolver este artigo. A investigação histórica do Estado de exceção de Oliveira Salazar, durante as décadas de 30 e 60, nos fez questionar como surgiu essa polícia política e como ela funcionava nas possessões portuguesas, em especial de Angola, onde o controle e a repressão em meio ao racismo tiveram grande impacto no processo de colonização portuguesa. Esse Estado de exceção deu-se não apenas com a reafirmação do Salazarismo enquanto ideologia perante as demais nações europeias nas organizações internacionais, mas também na política de controle constante nas suas colônias.² Ao mesmo tempo, no âmbito externo, URSS e EUA estavam em uma briga retórica contra Portugal, no âmbito interno, os africanos estavam se insurgindo contra o seu colonizador. O Estado Novo precisou administrar os problemas crescentes.

Diante deste cenário, entendemos ideologia do colonialismo segundo a definição do historiador Nelson Werneck Sodré como,

² Outro ensaio influenciado pelos estudos de Agamben é o de *Necropolítica* proposto pelo filósofo camaronês Achille Mbembe. O ensaio visa relacionar elementos da biopolítica com as práticas imperiais dos países europeus sobre as nações africanas. (MBEMBE, 2018)

O conjunto de idéias e conceitos que, gerados e desenvolvidos com a expansão colonial das nações do ocidente europeu, pretendiam justificar a sua dominação sobre áreas de que se haviam apossado em ultramar e que dominava direta ou indiretamente, gerindo-lhe os destinos, pela posse territorial, ou orientando-os ao sabor de seus interesses, pela supremacia econômica sobre eles ou as suas metrópoles. [...] Sumariamente, nos fins do século XIX, tal ideologia reunia tudo o que justificava a exploração colonial: conceitos de clima, conceitos de raça, conceitos de civilização. Sob o clima tropical não seria possível forma adiantada de organização social, econômica ou política; a raça negra seria inferior e, como tal, destinada apenas ao trabalho, influenciando negativamente nos cruzamentos em que concorresse, como, de resto, seriam por si mesmos negativos os cruzamentos; as técnicas avançadas de organização política, como de produção, não poderiam ser adaptáveis a povos coloniais, onerados pelo clima e pela raça – tais foram, entre outras menos importantes, formas muito difundidas de uma ideologia que, no fundo, pretendia apenas coonestar e justificar a exploração colonial (SODRÉ, 1984, p. 98-99).

Por isso, neste artigo, apresentaremos, por meio da documentação contida *online* no Arquivo Nacional da Torre Tombo, o surgimento da PIDE, como ela funcionava e analisaremos alguns casos de vigilância e repressão na África, desde as desconfianças, durante a catalogação linguística dos autóctones até o medo da organização, dita como “subversiva”, chegar ao conhecimento dos colonos. Isso vai se dar com maior ênfase a partir da década de 1950, período este que será estudado neste texto.

O Salazarismo como regime ditatorial

No início do século XX, Portugal sofreu uma reforma política que instituiu um governo de caráter republicano. A I República (1910-1926), nova forma de organização do cenário político português, não foi capaz de resistir a todos os problemas sofridos no continente europeu com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Quebra da Bolsa de Nova Iorque (crise de 1929). Junto a isso, nos territórios africanos sob administração portuguesa, desde a partilha da África e o *ultimatum* inglês (1890), a rentabilidade do arrendamento dos territórios para empresas estrangeiras não estava mais sendo frutífera para o Estado. Devido à falta de “mão-de-obra qualificada” para empregar nas empresas, muitos produtos retirados especialmente de Angola e Moçambique diminuíram pouco a pouco a oferta de material a metrópole que dependia deles para sua subsistência. A política colonial, após definição dos territórios, foi, então, se esvaindo até a segunda guerra mundial, quando o cenário passou a ser mais favorável ao regime (ALEXANDRE, 1993).

Na Europa, a situação calamitosa da população trabalhadora acabou instaurando um cenário politicamente instável, aproveitado pelos militares, que deram um golpe de Estado em 1926. Inspirado em ideais de Extrema-direita, como o nacionalismo exacerbado, Portugal entrou em um regime ditatorial com franca oposição aos regimes socialistas no mundo (RIBEIRO, 1995, p. 172). No regime fascista português (1932-1974), Antônio de Oliveira Salazar, presidente do conselho de ministros (e cargo de maior importância no *establishment* lusitano), era reconhecido por ser um intelectual crítico aos regimes que “desestabilizariam” um Estado realmente forte. Ele era contra o comunismo pelo seu caráter “subversivo” e também contra a democracia liberal que

teria trazido os problemas de ordem econômica, especialmente no período em que era Ministro das finanças, entre 1928 e 1932 (TORRAL, 2001).

Em 1932, Salazar impôs uma nova Constituição com traços inspirados no fascismo italiano, mas com um perfil próprio, mais paternalista e corporativo, na qual permitia a censura de meios de comunicação, a proibição de movimentos grevistas e a implantação de um sistema político unipartidário. Foi instaurado, assim, a II República portuguesa, grande crítica da I República, tida como liberal no que se refere à política econômica e sem controle do império português.

Segundo Leandro Konder (2009), a ascensão dos regimes fascistas, ou sob a influência fascizante, se deu por um reforço de características nacionais. No caso português, suas colônias eram uma parte indispensável no discurso do regime e suas práticas no além-mar.

Em Portugal, o modelo unipartidário levou o partido União Nacional (UN) a se sobressair ao partido Nacional-Sindicalismo, composto pelo integralismo lusitano, fazendo com que o regime não tivesse contestação, nem fora, nem dentro do seu sistema. A historiadora Maria Ribeiro destaca uma passagem da filósofa Hannah Arendt que explicou esta prática totalitária em seu livro *Origens do Totalitarismo*:

O objetivo dos sistemas unipartidários não é apenas apoderar-se da administração do governo, mas, sim, através do preenchimento de todos os postos com membros do partido, atingir uma completa amálgama de Estado e partido, de sorte que, após a tomada do poder, o partido se torna uma espécie de organização de propaganda do governo (ARENDR apud RIBEIRO, 1995, p. 559).

Em outras palavras, segundo Arendt, sem a presença de uma oposição, o regime teria poder total sobre o Estado tornando-se um só, no qual um grupo, ou um indivíduo poderia controlar uma nação, de modo que o unipartidarismo legitimava as ações do partido totalitário sem o problema futuro de possíveis perdas do poder político. Uma diferença entre o estudo da filósofa acerca da experiência alemã e russa e o caso português está na criação posterior do partido político (ARENDR, 2012). Enquanto que, com Hitler e Stalin, o Partido tomou conta do Estado criando assim o “Totalitarismo”, no Salazarismo, a União Nacional, de Oliveira Salazar, foi criado depois dele já está no poder. Nesse sentido, o partido serviu para legitimar o regime e a nova República, dando ares de normalidade (PINTO, 1992).

Neste contexto, o Estado Novo português se estabeleceu com o auxílio de dois pilares, até o final do regime, no qual curiosamente ou não foram estas organizações que derrubaram o salazarismo: a Igreja e o Exército. Dentro do pilar militar, no dia a dia, foi necessária, para instauração de um regime autoritário, a criação de uma polícia política de perfil secreto que tinha como finalidade o controle social e também uma vigilância política que fiscalize tudo e todos em vários os momentos do dia a dia.³

³ O Estado salazarista pregava a moral, os bons costumes e a pátria (nacionalismo), lema e atitudes muito parecidas com o que se teve no Brasil no Estado Novo de Getúlio Vargas, ou nas ditaduras europeias. Inclusive seu caráter Paternalista é denominador comum entre Vargas e Salazar. Isso não era nenhum pouco anormal na época. Durante as primeiras décadas do século XX houve a disseminação da ideologia nazi-fascista que forjou vários governos nacionalistas no século XX, revelando ditadores por todo o mundo com características semelhantes. No Brasil, a historiadora Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida, em seu livro *A construção da*

Antes das influências “fascizantes” que chegaram a Portugal no início da década de 1930, já havia outros perfis de polícia. Com a fusão da PIP (Polícia Internacional de Portugal), que tinha como função vigiar os territórios portugueses na África, e a PDPS (Polícia de Defesa Política e Social), mais centrada na Metrópole portuguesa, foi assim criada a PVDE, primeira polícia política do Estado Novo.

Formação da Polícia Política no Estado Salazarista

Apresentando um rápido histórico, a história da polícia política salazarista é dividida em três fases, nos detendo a analisar as duas primeiras: a primeira política foi a PVDE (Polícia de Vigilância de Defesa do Estado), criada em 1933, logo no início do Estado Novo Português, durando até 1945. Com final da Segunda Guerra Mundial, Portugal se viu necessitado de ampliar sua área de controle e aperfeiçoar suas práticas repressivas. A Segunda polícia foi a PIDE (Polícia Internacional de Defesa e Estado), de 1945 a 1969, na qual a polícia passou não mais a ficar apenas em solo europeu, mas também nas possessões portuguesas na África. A última polícia criada foi a DGS (Direção Geral de Segurança), que atuou de 1969 a 1974, durante a presidência de Marcello Caetano, que assumiu o lugar de Oliveira Salazar após seu afastamento e morte. Contudo, embora o foco deste texto seja a segunda polícia, apresentarei um pouco da primeira polícia Salazarista para explicar e entendermos melhor bases que se originou a PIDE.

No início da ditadura, a PVDE passou um tempo sendo treinada pela GESTAPO⁴ pelo contato direto com o pessoal da polícia alemã que esteve em Portugal, durante os anos de Guerra Civil Espanhola (1933-1936). Esse contato com a polícia alemã, durante os conflitos, serviu como posto próximo aos territórios de combate, que também teve como objetivo preparar melhor a polícia portuguesa nos moldes europeus da época. No período que a Gestapo permaneceu em Portugal, ela ensinou e aperfeiçoou a PVDE no que tinha de mais moderno em prática de vigilância, tortura e estruturação burocrática.

Sobre vigilância também podemos usar os estudos do filósofo Michel Foucault sobre o nascimento da prisão. Para Foucault, a vigilância é uma das principais formas para se manter o controle e a criação de determinadas instituições servem para expandir o poder, tendo como objetivo disciplinar corpos e mentes.

A existência de todo um conjunto de técnicas e de instituições que assumem como tarefa medir, controlar e corrigir os anormais faz funcionar os dispositivos disciplinares. [...] Todos os mecanismos de poder que, ainda em nossos dias, são dispostos em torno do anormal, para marcá-lo como para modificá-lo (FOUCAULT, 2014, p. 194).

Contudo, como afirma o historiador jesuíta, Michel de Certeau, o cotidiano é um espaço tanto de disciplina como também de antidisiplina. É um espaço onde encontramos, de um lado, as instituições tentando condicionar e, do outro, os sujeitos resistindo a essa condicionamento por meio de táticas e estratégias inerentes no verdade autoritária, chega a comparar o comportamento de Getúlio Vargas ao de Oliveira Salazar. Inclusive, afirma que o caráter paternalista de Vargas se enquadra mais no perfil estadista de Salazar do que propriamente no de Hitler ou de Mussolini. Esta semelhança está presente em algumas pesquisas que visam mostrar que as relações entre Brasil e Portugal não se encerraram após a proclamação da República no Brasil, mas que trocas de influências e de informações aconteceram também durante o século XX (ALMEIDA, 2001).

⁴ Sigla de *Geheime Staten-Polizei* que significa Política Secreta do Estado em Portugal.

cotidiano (CERTEAU, 2008).

Voltando à descrição estrutural da teoria de Hannah Arendt, ela explica que uma polícia de regime totalitário (a exemplo do que aconteceu no Terceiro Reich) se inicia com as bases de qualquer regime autoritário ratificado no Estado, podendo ser uma ditadura, um despotismo ou uma tirania. Ou seja, os regimes totalitários passam por ditaduras que podem ser de vários tipos, até se consolidar com práticas que apenas foram encontradas na história da humanidade na Alemanha e na Rússia.

Nos primeiros estágios do regime totalitário, porém, a polícia secreta e as formações de elite do partido ainda desempenham um papel semelhante àquele que as caracteriza em outras formas de ditadura e nos antigos regimes de terror; e a excessiva crueldade dos seus métodos não tem paralelos na história dos países ocidentais modernos (ARENDR, 2012, p. 562).

Outra diferença do conceito de totalitarismo apresentado pela filósofa se encontra na definição e nas práticas das polícias secretas. A PVDE/PIDE se diferenciava da GESTAPO no que se refere ao ser “inimigo” do Estado. Enquanto nas ditaduras e nos despotismos o inimigo procurado pelo Estado é sempre aquele que pode destruir o sistema do Estado, nos regimes totalitários do século XX, o inimigo se tornou o “objetivo”. Todo o regime passaria, então, a caçar um inimigo, mesmo que esse inimigo não exista fisicamente, mas que possa representar uma futura destruição do sistema. Desta mesma forma, criou-se na Alemanha a caça aos judeus; na Rússia, a caça aos burgueses, mesmo que estes não conspirassem contra os respectivos regimes. Em Portugal a maior caça foi aos agentes internos que poderiam desestabilizar o regime. O inimigo do Estado Novo eram os “comunistas” alcunhados como “subversivos”. As polícias foram direcionadas a tais “inimigos”.⁵

Embora a PVDE tenha tida todas estas influências Nazifascistas, ela se aproximou mais das influências do franquismo na Espanha, vizinho a Portugal, do que propriamente da GESTAPO, conforme afirma Maria da Conceição Nunes de Oliveira Ribeiro (1995, p. 173). Foi justamente no período da Guerra Civil Espanhola que o contato com o regime franquista permitiu a assimilação de determinadas características.

Após o fim da Segunda Grande Guerra, a Polícia Salazarista mudou o foco e as atenções prioritárias, também por causa das mudanças mundiais. A PVDE foi remodelada e, em 1945, a PIDE surge como nova polícia política do Estado Novo. Ela executava suas funções em todo o território nacional e era tomada como uma das corporações mais

⁵ Os Judeus, povo que na definição de Hannah Arendt não tinha nação, não tinha terra, mas tinha dinheiro, foi alvo de perseguição em solo português. Com várias justificativas, entre elas os protocolos dos sábios de Sião, os regimes legitimavam as sandices dos ditadores para extrair o dinheiro deste povo e bancar e salvar os problemas de suas nações. Em Portugal, o caso da perseguição aos judeus aconteceu mais por um fator histórico atrelado as novas perseguições dadas pela presença de judeus. Na história de Portugal, eles sempre existiram e viveram sobre constante vigilância do Estado que viam neles, seres subvertidos e descendentes dos males do cristianismo, em especial, a morte de Jesus. Além de todos os motivos encontrados por Hitler para persegui-los, em Portugal eles foram caçados durante séculos pela Inquisição, forçando-os se converter para o cristianismo. A historiadora Anita Novinsky estudou as perseguições e em suas análises mostrou que a principal função da Inquisição portuguesa era garantir a conversão dos judeus, que, na maioria das vezes, não acontecia, e que, quando acontecia, eram vigiados pelo Estado moderno no antigo regime, sempre havendo a desconfiança se eles de fato tinham se tornados cristãos. Estes resquícios da inquisição portuguesa permaneceram na mentalidade religiosa portuguesa, mesmo após seu fim em 1821. (NOVINSKY, 2015).

eficientes do Estado corporativista de Portugal. Ela foi institucionalmente criada pelo Decreto-Lei n.º 35.046 e nele continha as atribuições da Polícia.

Competia a então PIDE a responsabilidade pelos serviços de passaportes e emigração, pelo controle das fronteiras terrestres, marítimas e aéreas, sobre aliciamento ilícito de emigrantes e crimes contra a segurança interior e exterior do Estado.⁶ No decreto de criação da Polícia Internacional, no artigo 4º, era dito quais seriam atribuições no que concerne a questões criminais.

Art. 4.º Em matéria de repressão criminal compete à polícia internacional e de segurança do Estado a instrução preparatória dos processos respeitantes:

- 1.º Às infracções praticadas por estrangeiros que se relacionem com a sua entrada ou com o regime legal da sua permanência em território nacional;
- 2.º Às infracções relativas ao regime da passagem nas fronteiras terrestres e marítimas do continente e das ilhas adjacentes;
- 3.º Aos crimes de emigração clandestina e aliciamento ilícito de emigrantes;
- 4.º Aos crimes contra a segurança exterior e interior do Estado.⁷

No campo da vigilância, a PIDE estava encarregada de fiscalizar a documentação e clandestinidade em território africano.

Art. 7.º À polícia internacional e de segurança do Estado cabe organizar os processos relativos à extradição dos criminosos e colaborar com a polícia judiciária e com as polícias estrangeiras na perseguição dos criminosos internacionais.

Art. 8.º Em matéria de prevenção criminal compete à polícia internacional e de segurança do Estado:

- 1.º Vigiar as fronteiras terrestres e marítimas, impedindo a passagem de indivíduos indocumentados, assim como a entrada de estrangeiros indesejáveis;
- 2.º Vigiar os estrangeiros e fiscalizar as suas actividades, promovendo a expulsão dos indocumentados ou indesejáveis e bem assim dos que tiverem sido condenados por tribunais portugueses, desde que tenham cumprido as condenações;
- 3.º Fiscalizar as agências de emigração e de passagens e passaportes;
- 4.º Vigiar os terroristas, os suspeitos de actividade contra a segurança exterior e interior do Estado e as associações, organizações ou bandos destinados à prática de crimes cuja instrução preparatória é da sua competência [...]⁸

A PIDE também tinha atividades nas prisões. Afinal de contas, ela é uma polícia política e tinha como alvo vigiar os possíveis contraventores do Estado Novo Salazarista. A PIDE trabalhava com uma tripla lógica: prevenção-dissuasão, vigilância-investigação e punição-repressão. Ela era, também, órgão de inteligência, tentando desta forma evitar atitudes que pudessem causar a desestabilização do governo Salazarista.

O discurso legitimador do regime sobre a polícia política radicou sempre a ideia da defesa da ordem, que a sua propaganda glosou infundavelmente como

⁶ PORTUGAL, Ministério do Interior e da Justiça. Decreto de criação da PIDE. Cf. “*Decreto-lei n.º 35 046 Criação da PIDE-Polícia Internacional de Defesa do Estado*”. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal, 1945. Disponível em: <<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3889767>> Acesso em 16 jan. 2018.

⁷ Ibidem

⁸ Ibidem

leit-motif fundamental. Uma ordem concebida não apenas como pacificação política – implicando a conversão, se necessário coerciva, dos adversários declarados do regime –, mas também como conciliação de todos os interesses econômicos e sociais, cujas contradições se volveriam numa beatífica harmonia sob o signo da áurea mediocritas (RIBEIRO, 1995, p.173).

Para além da punição-repressão, a Polícia agia para velar a segurança e a consolidação do regime e garantir a fidelidade dos cidadãos aos princípios definidos pelo Estado Novo. Por meio de um grupo de empresas e sindicatos controlados pelo governo, a polícia tinha também como função evitar a explosão de contradições econômicas e sociais para tentar fazer com que o povo interiorize no corpo social a aceitação passiva, com colaboração da igreja, da legião portuguesa⁹ e da mocidade portuguesa¹⁰, da escola, das autoridades locais e demais polícias, para a que a intervenção direta apenas fosse necessária caso todas as opções fossem esgotadas. Por isso, a propaganda contra os comunistas seria mais eficaz do que a repressão direta aos grupos, fazendo com que se criasse um Estado em que todos se vigiariam e todos seriam colocados num estado de exceção permanente.¹¹

No que se refere à relação do trabalho e do empresariado, encontrava-se a fiscalização do corporativismo, ajudando os patrões em seus interesses e no controle dos movimentos operários, agentes de maior ameaça comunista. Uma das táticas encontradas no governo foi a da constituição de sindicatos únicos, pelegos ao governo estadonovista. Esses sindicatos tinham que atenuar os conflitos existentes entre os patrões e operários, ao invés de lutar por mais direitos (RIBEIRO, 1995, p. 175). Em alguns casos, após demissões em massa, os sindicatos apenas consolavam os trabalhadores e não recorriam para conseguir seus empregos de volta ou outro emprego para aquele trabalhador.¹²

Como práticas de intervenção direta, a PIDE podia desde penalizar os suspeitos com detenção mínima e regida por lei, ou até mesmo ampliar de forma arbitrária as penas dos detentos sem explicar o motivo, chegando ao extremo, quando usava a tortura como tática de delação. Os instrumentos de tortura usados pelas polícias também podem ser encontrados no Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops) varguista e os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) da ditadura civil-militar brasileira. Inclusive a ocultação das torturas foi algo recorrente dos regimes ditatoriais pelo mundo. Um dos objetivos da tortura era a de confessar crimes ou entregar outros

⁹ A Legião Portuguesa foi uma organização nacional, integrando uma milícia, que funcionou durante o período do Estado Novo em Portugal.

¹⁰ A Organização Nacional Mocidade Portuguesa foi uma organização juvenil do Estado Novo em Portugal. Junto com a Legião Portuguesa e a Doutrina Social Católica, representaram formas populares de apoio ao regime salazarista nos seus primórdios.

¹¹ Segundo o jurista e filósofo Giorgio Agamben estuda a formação e a identificação dos Estados de Exceção no século XX. De acordo com o pensador, Estado de exceção seriam tudo aquilo que desse poder a um soberano para fazer cumprir seus desejos sem que houvesse nada e ninguém para limitá-lo. Dessa forma, ele conclui que o Estado Democrático de Direito também pode virar um Estado de exceção desde que este passe para as mãos de um ditador que utilize dos mecanismos do próprio sistema a fim de dar poder ilimitado (AGAMBEN, 2004).

¹² A maioria dos sindicatos portugueses no Estado Novo foi controlada por dirigentes do Estado Novo. Os grupos comunistas e anarquistas apenas começaram a lutar contra isso depois de uma resolução do partido comunista russo dizendo que os comunistas não poderiam ter repulso ao aparelho sindical visto por muitos como espaço de cooptação do capitalismo. De forma contrária, os revolucionários deveriam estar onde as massas se encontravam, neste caso, nos sindicatos (BARRETO, 1994).

nomes que pertenceriam ao grupo de “forças da desordem” de Portugal. Caso o detento confessasse e colaborasse com a polícia, poderia ter sua pena diminuída, mas nunca zerada perante o Estado (PIMENTEL, 2011, p. 145).

À tortura cabe um destaque neste texto, pois não é algo tão novo assim. As práticas de uso da dor como forma de desarmar a pessoa, muitas vezes desmoralizando-a perante algumas pessoas, foram usadas muitos antes das ditaduras no século XX. Desde os séculos XI, a inquisição medieval utilizava por vários meios a dor e medo como arma contra o seus inimigos. Isso se manteve com a inquisição moderna ibérica, e conseqüentemente, com Salazar e Franco na contemporaneidade.¹³

Em suma, o historiador espanhol Ruy Llera Blanes define a PIDE como uma “instituição que enquadrava um projeto ideológico, político e pragmático de controle autoritário sobre a vida pública e privada dos cidadãos” (2013, p. 36). Ou seja, a polícia política salazarista foi um dos alicerces de um Estado nacionalista, ditatorial e fascista num período distante da Segunda Guerra Mundial, representando para uma comunidade internacional, ao longo do século XX, um símbolo de combate ao comunismo.

A Estrutura orgânica da PIDE: Portugal e Angola

Do ponto de vista orgânico, a PIDE de Angola tinha uma estrutura hierárquica constituída pela Delegação principal e por vários Subdelegações e postos. A Delegação era o órgão central, que mantinha ligações com a sede em Lisboa e as demais Subdelegações. A criação das Subdelegações visava a eficácia da pesquisa, da recolha, da compilação e da exploração das informações. Dispondo de certa autonomia, acionavam os Postos sob a sua jurisdição, possibilitando um regime de troca de informação, sempre centralizado na Delegação.

A delegação de Angola exercia funções administrativas, de prevenção criminal e de repressão idênticas às exercidas pelos serviços congêneres da metrópole. Ela foi criada, em 1954, com sede em Luanda. Embora date de 1956 a constituição do quadro especial do pessoal da PIDE em serviço no ultramar, os serviços da Delegação de Angola só começaram a funcionar em 1957 nos Postos de Fronteira, instalados no aeroporto e no porto de Luanda. Nesse mesmo ano foi efetuada a transferência de pessoal do corpo de Polícia de Segurança Pública de Angola para o quadro especial do ultramar. Em 1961, o pessoal da PIDE a serviço na metrópole e no ultramar foi reunido num único quadro de pessoal.¹⁴

Foram criados Postos e Subdelegações nos seguintes distritos de Angola: em Cabinda, foi criado um Posto de Fronteira e Vigilância, com um Subposto em Massabi, elevado a Subdelegação em 1961; no Huambo, o Posto de Nova Lisboa, que entrou em funcionamento em 1961, foi elevado a Subdelegação no mesmo ano.

Em Huíla, o Posto de Sá da Bandeira, que entrou em funcionamento em 1961, foi

¹³ A historiadora Anita Novinski também nos alerta que as práticas para obtenção de informações usadas pela Inquisição também serviram de instrumento durante os regimes ditatoriais no Brasil e em Portugal no Século XX. Ser herético no Antigo Regime significava ser ir de encontro ao pensamento dominante. Logo ser herege no século XX pode significar ir de encontro, à doutrina fascista e católica, que se instaurava em Portugal. (NOVINSKY, 2012).

¹⁴ PORTUGAL, Ministério do Ultramar. Decreto de criação das delegações. Cf. “Documentos Arquivados da PIDE”. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. 1954. Disponível em: <<http://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=1458>> Acesso em 27 fev. 2018.

elevado a Subdelegação em 1964; no Uíge, do Posto de Carmona, elevado a Subdelegação em 1961, dependiam os Postos de Banza Sosso, de Maquela do Zombo, de Massau, de Quimbata e do Songo, que entraram em funcionamento na mesma data; no Cuanza Norte, do Posto de Salazar, que entrou em funcionamento em 1962 e foi elevado à categoria de Subdelegação em 1964, dependiam os Postos de Quibaxe e de Bula Atumba, criados em 1970 e 1972, respectivamente; em Luanda, foi criado em 1964 o Posto de Vigilância do Catete, diretamente dependente da Delegação; em Malange, o Posto foi elevado a Subdelegação em 1964.¹⁵

Em Benguela, do Posto do Lobito, elevado a Subdelegação em 1964, dependia o Subposto de Benguela e o Posto do Cubal, que entrou em funcionamento em 1967; no Bié, do Posto de Silva Porto, elevado a Subdelegação em 1964, dependia o Posto do Andulo; em Cuando-Cubango, do Posto de Serpa Pinto, que entrou em funcionamento em 1964 e foi elevado a Subdelegação em 1967, dependiam os Postos de Caiundo, de Calai e de Cuíto-Canaval, que entraram em funcionamento a partir de 1964; e no Moxico, do Posto do Luso, elevado a Subdelegação, dependiam os Postos de Calunda, Cazombo e de Lumbala, que entraram em funcionamento em 1966.¹⁶

Além desta série de postos policiais, havia outro órgão que auxiliava a PIDE na sua rede de informações no ultramar: o Gabinete de Negócios Ultramarinos (GNP). O GNP produzia resenhas de informação de política internacional (RIPI), resenhas de informação da situação interna das províncias ultramarinas (RISI), resenhas de imprensa ultramarina (RIU), assim como resenhas da imprensa e rádio estrangeira (RIRE). Estas resenhas eram enviadas a outros órgãos do Estado, como por exemplo, à Presidência da República; à Presidência do Conselho; ao Ministério dos Negócios Estrangeiros (Direção-Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna); ao Estado-Maior da Armada (Instituto Superior Naval da Guerra); à PIDE e aos governos-gerais das províncias ultramarinas. Por sugestão do GNP, todos os relatórios das inspeções efetuadas por inspetores da administração ultramarina e por inspetores administrativos deveriam ser enviados para o próprio GNP, para serem fichados e aproveitados ao máximo como forma de poder contribuir para a luta colonial que era travada entre Portugal e os movimentos de libertação. No final do Salazarismo, o GNP passou a operar com certa autonomia. A PIDE também teve que se comunicar com o Gabinete para enviar e receber relatórios. Sem ele, a rede interna de informação não teria existido e a PIDE necessitava de uma central de informações que conectasse o dia-a-dia colonial aos embates internacionais.¹⁷

A PIDE em solo Angolano: Práticas de espionagem

Como anteriormente dito, com a criação da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) por decreto, em 22 de outubro de 1945, os territórios portugueses passaram a ser vigiados com mais frequência do que no período da PVDE. Antes da PIDE, a polícia política salazarista tentava evitar que as influências exteriores chegassem a Portugal, principalmente as influências da ameaça comunista que, no entender deles,

¹⁵ Ibidem

¹⁶ Ibidem

¹⁷ Uma pesquisa mais detalhada do Gabinete de Negócios Ultramarinos foi feita pelo historiador português Bruno Leal Correia da Fonseca (2013), onde ele faz um estudo sobre as redes de informação entre Portugal, Angola e o Congo-Leopoldville.

iriam desvirtuar a moral e a ordem estabelecida pelo regime nacionalista de Salazar. No entanto, não se pode esquecer que o contexto da criação da PVDE foi da Segunda Guerra Mundial, enquanto que o da PIDE foi da Guerra Fria e o mundo bipolarizado.

A PIDE tinha como jurisprudência a região de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Entretanto, este artigo se deterá em relatos de práticas da polícia em solo angolano, devido a documentação trabalhada por nós ser desta região. Apenas em alguns pontos, os documentos trabalhados tanto informam sobre o território moçambicano. As pesquisas documentais feitas, todas elas foram adquiridas pelo site do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT).

Como já dito, a PIDE vigiava todas as áreas de Angola, principalmente, por ser território não habitual aos portugueses. Por se encontrar no meio da Guerra Fria, a documentação da década de 1960 mostra uma enorme preocupação sobre atividades consideradas “subversivas” nos territórios africanos. Qualquer atividade que fugisse um pouco da normalidade lusa sobre povos africanos, ou identificado como anormal por parte dos portugueses, já era interpretado como possível atividade inclinada para comunismo ou a uma desordem social. E justamente por essa visão, que nos próximos relatos deste trabalho estarão as formas de atuação da PIDE e os alguns grupos vigiados pela polícia.

A África, diferente da Europa, ainda era visto pelos europeus como região bárbara e de civilização atrasada, em pleno século XX. O neocolonialismo existiu de forma intensa na África até início da década de 1960, e em Portugal manteve até a década de 70. Os portugueses consideravam os povos africanos como atrasados em seus hábitos, seus costumes, sua sociedade e sua civilização. Tais significações existiam pois Portugal entendia que era missão deles ter que “civilizar” os povos tidos como bárbaros, assim como teria feito no Brasil, durante o século XVI. A PIDE foi o braço armado desse projeto durante a Guerra, tendo em vista que as missões religiosas não mais tinham efeito sobre a cultura dos angolanos. Exemplo maior disso era a utilização da expressão indígena para nomear os africanos. Remontando ao período das grandes navegações, tais povos estariam tão atrasados quanto os nativos da América, o que requeria a intervenção portuguesa para “salvá-los” da irracionalidade.¹⁸

O medo da PIDE com as propagandas ditas “subversivas” se deu ao crescimento do comunismo no mundo que poderia ocasionar na criação de grupos revolucionários em Angola. Em 1960, chegava em Angola alguns panfletos, cartilhas e manifestos da Terceira Internacional Comunista, iniciada em 1919, após a Revolução Russa. Com esses documentos, iniciou-se a circulação da dita propaganda “subversiva” em solo angolano, nas tribos e nos povos. Do ponto de vista da URSS, havia a busca por países em condição de revolução que ampliassem o poder e a influência geopolítica do sistema comunista no mundo. Um exemplo disso foi Cuba, em 1959, que permitiu que a URSS estivesse bem próxima aos Estados Unidos e, como alguns dizem, em seu quintal. Partindo do entendimento que o imperialismo era a fase final do capitalismo, os soviéticos procuravam territórios que estivessem sobre o controle do imperialismo europeu para incentivar insurgências com a finalidade de provocar revoltas para instaurar um governo aliado a URSS. A PIDE acreditava que esse também era o objetivo da URSS em

¹⁸ A historiadora Giselda Brito Silva (2015) nos mostra que, desde o século XIX, as missões católicas foram o principal meio para Portugal acessar os povos africanos e colocá-los subordinados aos interesses imperialistas. Contudo, com as proibições e mudanças no olhar da Igreja Católica sobre os povos africanos, Portugal passou aos poucos a deixar de lado as missões e enviou tropas militares, em especial a PIDE.

seus territórios, estando suscetíveis a uma possível revolução.¹⁹

Certas ações da polícia política foram denunciadas por membros do movimento “Socorro Vermelho Internacional” (nome encontrado na documentação). No documento intitulado “Contra a Ditadura Fascista”, os “camaradas portugueses” comunicavam que todas as ações apresentadas pela polícia política acerca dos presos era mentira, de acordo com eles. Ainda segundo o mesmo documento, a tortura foi a principal arma usada pela polícia para se conseguir informações de outros membros da organização ou de atividades que visassem implantar o comunismo tanto em Angola como em Moçambique. Vários setores políticos assinaram este documento: republicanos, comunistas, anarquistas e sindicalistas, além de pessoas que participaram da Segunda Guerra Mundial, prestando assim ao serviço patriótico.²⁰

Outros documentos, que circulavam nas colônias lusas, foram apreendidos pela PIDE e enviados para o Ministério do Interior de Portugal. O teor dos documentos servia para estimular uma revolução, colocando em contraposição o sistema capitalista que trazia crises e desigualdades sociais.²¹ Neles diziam que era necessária a insurreição para se chegar a “ditadura do proletariado” e acabar com os problemas do capitalismo ao longo dos séculos XIX e XX. Neles ainda continham informações sobre as internacionais anteriores e sobre a filosofia de Karl Marx e Friedrich Engels no campo social e econômico. Esse pensamento comunista era o grande medo da PIDE para que houvesse uma rebelião e assim perdesse as suas possessões na África. No entanto, embora a PIDE tenha tentado censurar estes documentos, houveram algumas pessoas que tiveram contato com essa literatura de cunho marxista dentro e também fora da África. Mesmo assim, uma parte dos arquivos policiais está repletos, não apenas de relatórios, mas também de confiscos e apreensões.

Os estudantes que tinham contato com tal literatura costumavam fazer reuniões secretas para discutir temas do marxismo por toda a África e tentaram organizar a emancipação colonial. A PIDE tentava não permitir isso e sempre que descobria as reuniões, prendia todos, mandando os líderes para Portugal ou para a colônia penal de Tarrafal.²² Algumas reuniões acontecerem fora dos territórios portugueses, como mostra um relatório da polícia política. Segundo esse relatório, estudantes angolanos, que estavam nas universidades na Metrópole, enviavam informações para Angola e para os estudantes que estivessem nos movimentos de libertação. A União dos Estudantes de Angola e Moçambique marcou reuniões em outros países da Europa, como um que aconteceu em Zurique, na Suíça. Nessa reunião, os estudantes angolanos combinaram com outros estudantes de toda a Europa e África de combinar uma rede pelo mundo, onde pudessem trocar algumas informações, pois em seus territórios, eram impedidas de circular. Ao mesmo tempo que os estudantes buscavam erguer uma rede, a PIDE vigiava todos em seus territórios pela troca de informações com seus parceiros para poder rastrear todos que deixavam o país. Pelo Ministério de Negócios Estrangeiros, através de alguns delatores, o governo vigiava as ações dos líderes estudantis de Angola,

¹⁹ ARQUIVO Salazar. Documento confiscado pela PIDE. Cf. “*Apreensão documento comunista*”. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. PT-TT-PIDE-001-00387

²⁰ ARQUIVO Salazar. Documento confiscado pela PIDE. Cf. “*Contra a repressão*”. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. PT-TT-PIDE-001-00521

²¹ *Ibidem*

²² A Colônia Penal de Tarrafal foi a principal prisão do regime salazarista, que lembrava os campos de concentração do período da Segunda Guerra Mundial.

Moçambique e do Comitê Americano sobre a África. Essas trocas eram sempre enviadas como relatório para os ministérios portugueses, com o fim de colocar os africanos sobre suspeita, caso alguma ação acontecesse.²³ ²⁴ Uma das formas de acusar, para além das já ditas, também seria colocando-os como possíveis terroristas propensos a perturbar a paz social.²⁵

Apesar de a PIDE ter observado o cotidiano em suas possessões e tentar prever ações subversivas, muitos autóctones desprezavam a administração portuguesa. Alguns documentos nos mostram a pouca relevância dada pelos autóctones à administração de Portugal. De acordo com o documento intitulado de “Independência em Angola”, no início da década de 60, um dos fatos que teria causado esse desleixo quanto ao Estado se deu pelo fato de Portugal não ter evitado o envio de “brancos lusitanos” às regiões negras da África. Para a PIDE, os soldados “brancos”, acabaram contribuindo para os questionamentos dos africanos. Por que ainda Luanda está sob o domínio português? Por que Angola serve e é administrada por Portugal? Tais perguntas e reflexões fizeram com que muitos nativos repensassem a situação que se encontravam. Os documentos dizem que a França e a Inglaterra fizeram o oposto. Essas nações usaram de todas as precauções que tinham para evitar o povoamento branco e os possíveis questionamentos vindos de pessoas da metrópole em direção às suas colônias.²⁶

Outro fator de insatisfação e que fez com que a população repensasse a situação imperialista que eles se encontravam, está na Independência do Congo (atualmente, República do Congo). Este fato, que ocorreu em 1960, será repetido no decorrer deste relatório pelo grau de influência das ações na década de 60, na África. Quanto à questão da influência do imperialismo, a independência do Congo, que era território da Bélgica, fez discutir ações semelhantes nas terras angolanas. No mesmo documento supracitado, o relator compara a autonomia em Angola como tendência para se separar de Portugal e se tornar uma espécie de “Brasil” na África e no século XX.²⁷ Ainda segundo o relatório, tais preocupações se devem pelo crescimento econômico de Angola, em especial de Luanda, o que permitiria uma independência sem problemas econômicos, por causa das belas praias e insumos que poderiam ser retirados dos solos angolanos e servir como capital pelo seu turismo e sua exportação de matérias-primas, sendo o café o carro chefe do País. A cidade de Luanda era representada nos relatórios como uma “cidade opulenta, moderna, bem desenhada, admiravelmente construída”.²⁸

²³ Esta rede de informações na qual Portugal fazia parte também tinha como membros “não oficiais” o Brasil, Os EUA, a França e a Espanha. Outros países colaboravam a depender de seus interesses. (DÁVILA, 2011).

²⁴ Estas ações da PIDE soam com certa familiaridade quando se ler qualquer livro ou documento que fale a respeito das ditaduras no Brasil (Varguista e Militar). Na verdade, as ditaduras brasileiras também foram reflexo do cenário internacional político e econômico. Estudantes eram, normalmente, perseguidos por apenas ter um livro com capa vermelha, o que nem sempre significava ser de cunho marxista e quando constatado que não eram, podiam ser soltos, continuando sob a vigilância do Estado. Com isso, percebe-se uma semelhança entre o Brasil, Chile, Alemanha, Itália, Portugal e outras ditaduras nacionalistas ao redor do mundo.

²⁵ Relatório enviado pela PIDE. Cf. “*União dos Estudantes Moçambicanos*”. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. Disponível em: <<https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4491653>> Acesso em 25 jan. 2018.

²⁶ Documento confiscado pela PIDE. Cf. “*Independência de Angola*”. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. Disponível em: <<https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3895959>> Acesso em 10 fev. 2018.

²⁷ Ibidem

²⁸ Ibidem

Na visão dos investigadores da PIDE, Angola não era uma colônia de Portugal, mas sim uma província, pois ao chegar em Luanda, os estrangeiros tinham a sensação que estavam chegando em Lisboa. Sua colonização teria sido diferente. Começara no século XV e até os negros que tinham sangue português também tinham direitos, na metrópole. Tudo mentira, tendo em vista o Ato Colonial de 1930 e as leis de segregação racial implementadas por Portugal. Com isso, e entre outros fatores, Angola já se tornava uma preocupação, pois poderia com os pensamentos advindos do exterior, mais especificamente Moscou, causar uma revolução e se tornarem independentes de Portugal.²⁹

A Polícia Salazarista também teve problemas quanto aos militares que compunha o aparato. De acordo com alguns documentos, na década de 1960 houveram várias deserções de policiais no território de angolano. Muitos destes policiais eram compostos pelos ditos “indígenas” e trabalhavam para o serviço como membros da polícia local. O interessante destas deserções não estava no fato deles deixarem o ofício por desgosto ao trabalho, mas sim pelo porquê e para onde eles iam quando fugiam. De acordo com uma documentação enviada para o ministério do Interior de Portugal, os soldados fugiam para a República Democrática do Congo que tinha se tornado independente do reino da Bélgica, em junho de 1960. Muitos viam na independência do Congo uma possibilidade de liberdade. Quando muitos perceberam a condição que se encontravam, em Angola, resolveram fugir para um país vizinho recém-independente.³⁰ A maioria dos soldados eram de origem africana e essa foi uma tática do Estado Salazarista para o controle social, na qual tal repressão seria feita pelos próprios nativos, sendo assim mais fácil a incorporação do regime pela população local. Se compararmos com o Brasil, pode-se dizer que alguns africanos lembram, guardada as devidas proporções, a capitães do mato. Um dos grandes medos da PIDE era de que os soldados fossem para a República do Congo para se alistarem num “possível” treinamento comunista.³¹ Tal receio fez com que um grupo de soldados vindos de Portugal protegesse as fronteiras angolanas e fosse atrás de informação sobre possíveis atividades comunistas. Em um dos documentos, enviado aos ministérios do ultramar, exército e interior dizia que, além de descarregar suprimentos, os russos teriam deixado armas e munições para um “possível” recrutamento “indígena” e de refugiados vindos de toda a África para o Congo.³²

Outro ponto de deserção por parte dos portugueses se deu pela baixa remuneração dos soldados e cabos, os chamados praças. Embora tenham menor relevância para as deserções, a baixa remuneração contribuiu para uma insatisfação destes soldados que se viam subvalorizados. Alguns documentos enviados de Angola para Portugal demonstraram tal insatisfação, pois os soldados indígenas recebiam salários iguais aos deles. Do ponto de vista dos soldados portugueses, o que se entende é que eles gostariam de ter os vencimentos maiores que os nativos. Mais uma vez podemos perceber pela documentação que o racismo português estava espalhado em todos os espaços coloniais. A explicação dada pelos portugueses para o aumento do vencimento se deve por causa aumento dos custos de vida em solo africano como

²⁹ Ibidem

³⁰ ARQUIVO Salazar. Relatório enviado pela PIDE. Cf. “Deserção de soldados em Angola”. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. PT-TT-AOS-D-N-1-3-8.

³¹ Ibidem

³² Ibidem

alimentação, limpeza e lavagem das roupas³³. Esses problemas da polícia na Angola fizeram com que determinadas ações da PIDE sofressem problemas na execução e, conseqüentemente, da repressão. Além disso, outro fator de insatisfação dos soldados estava no exagero burocrático do sistema interno da PIDE. O sistema burocratizado e falta de verba atrapalhava as missões, desanimava os praças e faziam perder tempo com relatórios e prestações de contas que, muitas vezes, eram feitas sem nem ter recebido alguma parcela dos recursos destinados durante as missões.³⁴

A PIDE também vigiava outras formas de manifestação, além dos possíveis comunistas. Ainda dentro do contexto da Guerra Fria e da bipolarização global, a PIDE costumava olhar de forma estranha os costumes e tradições em Angola. O território angolano se tornou possessão portuguesa no século XV e quando os portugueses chegaram à África, eles se depararam com um novo mundo e novas culturas e costumes. A imagem do outro fez com que Portugal entrasse em choque, assim como no Brasil, a imagem do “indígena” passou a ser inferiorizada, sobrepondo sua cultura, costumes e religião.³⁵ Imediatamente após a chegada, algumas explicações religiosas foram dadas para justificar a cor dos autóctones do novo continente. Com isso, tentou-se educar e converter ao catolicismo os nativos para limpar suas almas da maldição bíblica.³⁶ Esse pensamento permaneceu até a década de 60, em Angola. As religiões africanas, com a sua pluralidade de deuses, ritos, sacerdotes e liturgias, assustaram e incomodaram os portugueses católicos. Com isso, a PIDE, no século XX, também vigiava seitas e religiões que, no entender deles, ou melhor, no suspeitar das práticas, poderia ter influência comunista nas suas ações cotidianas ou ir de encontro com os pilares religiosos do regime, o catolicismo.³⁷

As missões da PIDE consistiam em estudos antropológicos, claro, reforçando a imagem de “incivilizados”, os povos das possessões africanas, tanto das mais remotas, como também das mais conhecidas. Essa espécie de mapeamento que a polícia tentava fazer tinha como objetivo estudar o cotidiano dos africanos. Nos relatórios da PIDE, uma etnia encontrada e mapeada foi o povo Maconde³⁸, que ainda vivem em Moçambique. Em seus relatórios, que chegavam a ter 600 páginas, falavam a respeito do revelo, densidade demográfica, economia, técnicas de agricultura, estrutura, medicina, dentre outras coisas da região onde habitava o povo Maconde. Inclusive, eles relatavam sobre suas “sabedorias”, interpretadas pela PIDE, sobre qual era a visão do mundo dos Macondes. Podemos aqui evocar novamente Certeau. Embora houvesse, nesse cotidiano, práticas de disciplina, tais povos que existem até hoje criam táticas e estratégias para resistirem (CERTEAU, 2008). Não se pode afirmar nem negar que tais povos faziam isso premeditadamente, mas o traço de burlar os sistemas de “catalogação” expressam de forma inconsciente tais ações.³⁹

³³ ARQUIVO Salazar. Relatório enviado pela PIDE. Cf. “*Vencimentos do serviço militar nas Colônias*”. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. PT-TT-AOS-D-N-3-5-8.

³⁴ ARQUIVO Salazar. Relatório enviado pela PIDE. Cf. “*Missão e as minorias étnicas*”. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. PT-TT-AOS-D-N-25-10-12.

³⁵ Sobre o impacto da descoberta do outro (TODOROV, 2010).

³⁶ A interpretação Bíblica aqui referida é a de Caim e Abel, onde Caim teria uma cicatriz, sendo ela a cor dos africanos marca da maldição.

³⁷ Ibidem

³⁸ Os **Macondes** são um grupo étnico bantu que vive no sudeste da Tanzânia e no nordeste de Moçambique. Os macondes resistiram sempre a serem conquistados por outros povos africanos, por árabes e por traficantes de escravos. Não foram subjugados pelo poder colonial até aos anos 20 do século XX.

³⁹ ARQUIVO Salazar. Relatório enviado pela PIDE. Cf. “*Missão e as Minorias Étnicas*”. Arquivo Nacional

Ainda neste relatório se encontrava informações acerca do idioma dos Macondes. Interessante notar que na Região, nesta região moçambicana, poucos falavam o português e nem mesmo os padres católicos da região falavam bem o português. Isso leva a crer que os padres foram formados em seus próprios idiomas o que, em parte, ajuda na conversão do povo ao catolicismo, mas cria uma barreira de comunicação e homogeneização do discurso salazarista, onde se era dito que todos as colônias africanas eram de Portugal, não por pertencimento hierárquico, mas por um fator de identidade nacional⁴⁰. Contudo, isso é uma análise à luz de outras experiências na África. Na documentação em questão, não existe tais conclusões. Os agentes também fizeram pesquisa sobre qual literatura eles tiveram acesso, regras gramáticas e padrão linguístico. Portanto, a PIDE fez um detalhamento pormenorizado da vida cotidiana deste povo e, com certeza, fizeram o mesmo com outros grupos sociais e étnicos em Angola e em Moçambique (CASTELO, 2015, p. 520). Esse povo chamou atenção da PIDE por terem, historicamente, resistidos à colonização de outros povos, reforçando a ideia de que a resistência, na África portuguesa, não é inédita a partir do século XX.

Por fim, um caso trazido pelo historiador espanhol Ruy Llera Blanes, sobre a vigilância dos povos que habitavam Angola, em seu artigo intitulado “*Da confusão à ironia: Expectativas e legados da PIDE em Angola*” (2013, p.35) vale a pena de ser comentado. A Igreja tocoista⁴¹ foi criada por Simão Toco e o nome da Igreja deriva do próprio “profeta” fundador. A Igreja Tocoista é considerada pela historiografia portuguesa como um dos marcos da resistência do período colonial contemporâneo. De acordo com o autor, por ter uma pregação anticolonial e libertária, a PIDE interrogou muitos membros da Igreja e, inclusive, o próprio Toco. Nos primeiros relatórios feitos pela polícia política, o principal motivo dos interrogatórios feitos a membros e praticantes da religião era a de confirmar as influências comunistas decorrentes de seu pensamento ideológico. Com isso, procuravam-se os elementos subversivos para conseguir prender o líder e seus membros. Apesar disso, o que a polícia não esperava era o óbvio de uma religião híbrida, pois tinha elementos do cristianismo misturado com elementos das religiões africanas. Na noção marxista clássica, a religião seria o “ópio do povo”, famosa frase usada por Marx para que as pessoas não se alienassem dentro de uma religião. Os preceitos religiosos existentes nesta religião, segundo Blanes, não tinham nenhuma relação com preceitos políticos ou militares (BLANES, 2013, p. 35).

Considerações Finais

A PIDE representou, durante seu período de existência, um aparato da política de exceção português, reflexo do período histórico e político que o mundo vivia, mas também de uma prática de controle “tardia”. A Guerra Fria esteve pairando no imaginário global como uma possível “terceira guerra mundial” que podia começar a

da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. PT-TT-AOS-D-N-25-10-12.

⁴⁰ Portugal enxergava, em sua retórica, suas colônias como partes indispensáveis para a formatação nacional lusitano. Na década de 1930, Salazar dizia que havia na missão civilizadora uma “mística” natural que conduzia ao ensino civilizatório dos povos “sem cultura”. Após a segunda Guerra Mundial, a “Mística” sai de cena para entrar as argumentações do Lusotropicalismo, pensamento do intelectual Gilberto Freyre sobre a história da colonização portuguesa. (CASTELO, 2015).

⁴¹ **Tocoísmo** é o nome dado aos seguidores do profeta angolano Simão Gonçalves Toco (1918-1984). Atualmente, estão constituídos eclesiasticamente sob a denominação “Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo no Mundo”. Trata-se de um dos maiores movimentos cristãos em Angola.

qualquer momento, acirrando as disputas e polarizando o globo terrestre. A polícia foi fruto de um regime de influência totalitária, mas com grande cunho paternalista que serviu de exemplo para outros países no mundo, inclusive no Estado Novo brasileiro sob o controle de Vargas.

A PIDE foi uma das polícias políticas que Hannah Arendt preconizou para que institua um regime totalitário e ela foi usada para a repressão de qualquer ato que significasse uma mudança no *status quo* político, social, econômico, cultural e religioso no império colonial português. Segundo Blanes, em sua definição:

A PIDE surge na acumulação de um processo de constituição legal dos aparatos de combate à “dissidência” e instauração e manutenção da ordem pública em Portugal, e remete para uma época particular na história portuguesa que acabaria por terminar através de um marcante processo revolucionário (ARENDR, 2012, p. 559).

Esse processo revolucionário que acabaria com a PIDE/DGS (a partir de 1969, a polícia passou a ser chamada de Direção Geral de Segurança) foi a Revolução dos Cravos, em abril de 1974. Um ano antes, Guiné-Bissau conseguiu sua independência e, um ano depois, Angola e Moçambique conseguiriam suas independências. Sem luta e sem resistência, as nações não poderiam encontrar sua independência frente à repressão dos aparatos policiais. Na memória nacional, tudo isso marcou a sociedade angolana que entrou em uma segunda guerra, agora civil. Mas isso já é outra longa história.

Fontes Primárias

ARQUIVO Salazar. Documento confiscado pela PIDE. Cf. “*Apreensão documento comunista*”. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. PT-TT-PIDE-001-00387

ARQUIVO Salazar. Documento confiscado pela PIDE. Cf. “*Contra a repressão*”. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. PT-TT-PIDE-001-00521

ARQUIVO Salazar. Documento confiscado pela PIDE. Cf. “*Independência de Angola*”. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. Disponível em: <<https://digitalq.arquivos.pt/viewer?id=3895959>> Acesso em: 10 fev. 2018.

ARQUIVO Salazar. Relatório enviado pela PIDE. Cf. “*Deserção de soldados em Angola*”. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. PT-TT-AOS-D-N-1-3-8.

ARQUIVO Salazar. Relatório enviado pela PIDE. Cf. “*Missão e as minorias étnicas*”. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. PT-TT-AOS-D-N-25-10-12

ARQUIVO Salazar. Relatório enviado pela PIDE. Cf. “*União dos Estudantes Moçambicanos*”. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. Disponível em: <<https://digitalq.arquivos.pt/viewer?id=4491653>> Acesso em: 25 jan. 2018.

ARQUIVO Salazar. Relatório enviado pela PIDE. Cf. “*Vencimentos do serviço militar nas Colônias*”. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. PT-TT-AOS-D-N-3-5-8.

PORTUGAL, Ministério do Interior e da Justiça. Decreto de criação da PIDE. Cf. “Decreto-lei n.º 35 046 Criação da PIDE-Polícia Internacional de Defesa do Estado”. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. Disponível em: <<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3889767>> Acesso em: 16 jan. 2018.

PORTUGAL, Ministério do Ultramar. Decreto de criação das delegações. Cf. “Documentos Arquivados da PIDE”. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. Disponível em: <<http://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=1458>> Acesso em: 27 fev. 2018.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALEXANDRE, Valentim. Ideologia, economia e política. *Revista Análise Social*, Lisboa, v. 28, 1993. p.1131-1135

ALMEIDA, Maria das Graças A. Ataíde. *A Construção da Verdade Autoritária*. São Paulo: Humanitas, 2001.

ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BARRETO, José. Comunistas, Católicos e os Sindicatos sob Salazar. *Revista Análise Social*, Lisboa, v. 39, p. 287-317, 1994.

BLANES, Ruy Llera. Da confusão à ironia: Expectativas e legados da PIDE em Angola. *Revista Análise Social*, Lisboa, v. 48, p. 30-55, 2013.

CASTELO, Claudia. “Novos Brasis” em África. *Revista VARIA HISTÓRIA*, Belo Horizonte, v. 30, n. 53, p. 507-532, 2015.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Artes de Fazer. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. Vol. 1

DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana 1950-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FONSECA, Bruno Leal Correia da. *O Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, o Congo-Léopoldville e Angola (1960-1965)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Minho, Braga, PT, 2013.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

KONDER, Leandro. *Introdução ao Fascismo*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 184p.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte. São Paulo: N-1 edições, 2018. 80p.

NOVINSKY, Anita et al. *Os Judeus que Construíram o Brasil*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2015.

_____. *A Inquisição*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

PIMENTEL, Irene Flunser. A Polícia Política do Estado Novo – PIDE/DGS: História, justiça e memória. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v, 24, n.1, p. 139-156, 2011.

PINTO, Antônio Costa. *As elites políticas e a consolidação do salazarismo: o Nacional Sindicalismo e a União Nacional*. Revista Análise Social, Lisboa, v. 28, p. 575-613, 1992.

RIBEIRO, Maria da Conceição Nunes de Oliveira. *A polícia política no Estado Novo: 1926-1945*. Lisboa: Estampa, 1995.

SILVA, Giselda Brito. A Educação Colonial do Império Português em África (1850-1950). *Revista Cadernos do Tempo Presente*, São Cristovão, n. 21, p. 67-83, 2015.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A ideologia do colonialismo*. 3. ed. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1984.

TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América: a questão do outro*. 4. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

TORGAL, Luís Reis. O Estado Novo. Salazarismo, Fascismo e Europa. In: TENGARRINHA, José. *História de Portugal*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2001.